

ANTROPOFAGIA COTIDIANA: MÁSCARAS GUARANÍS QUE USAMOS DIARIAMENTE

ANTROPOFAGIA COTIDIANA: MÁSCARAS GUARANÍES QUE USAMOS DIARIAMENTE

Mariano Dubin¹

RESUMO

O artigo explora a profunda influência da cultura Guarani na identidade da Argentina e da América do Sul, argumentando que essa herança indígena é uma força viva presente nas línguas, nos costumes, nas figuras históricas e na vida cotidiana, muitas vezes sem ser reconhecida conscientemente. Destaca-se a presença do Guarani na literatura, na música, na toponímia e nas tradições. Se defende assim a ideia de uma identidade sul-americana compartilhada que integra essa matriz cultural em vez de ver "o indígena" como uma *alteridade exótica*.

Palavras-chave: Guarani, Argentina, Identidade, Culturas

RESUMEN

El artículo explora la profunda influencia de la cultura guaraní en la identidad de Argentina y Sudamérica, argumentando que esta herencia indígena es una fuerza viva presente en las lenguas, las costumbres, las figuras históricas y la vida cotidiana, a menudo sin ser reconocida conscientemente. Se destaca la presencia del guaraní en la literatura, la música, la topografía y las tradiciones, defendiendo la idea de una identidad sudamericana compartida que integra esta matriz cultural en lugar de ver "lo indígena" como una *otredad exótica*.

Palabras clave: Guaraní, Argentina, Identidad, Culturas

Introdução

¹ Licenciado em Letras. Mestre em Lingüística e Doutor em Letras pela Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE) de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Profesor adjunto, cadeira de Didáctica da Língua e Literatura I. E-mail: marianodubin@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6007-0516>

A experiência Guarani se desenvolve na América do Sul: *máscaras* que usamos quotidianamente para vivenciar os significados da nossa cultura americana. Não são apenas máscaras; por baixo delas, a maioria dos argentinos conserva traços étnicos desta terra. Como é sabido, grande parte da população ainda possui ascendência indígena (Corach, 2012), embora o que importe não seja a cor da pele, mas sim profundos significados sociais. Dito assim, pode parecer um tanto ensaístico. Contudo, como veremos neste artigo, a matriz indígena molda fortemente a construção histórica e cultural da Argentina (Martínez Sarasola, 2005).

Para citar apenas alguns eventos-chave que nos permitem compreender a relevância dessa matriz cultural: Gauchito Gil, um dos santos mais venerados em nosso país; a erva-mate que organiza a alimentação diária do povo; as danças de chamamé e polca que cruzam as fronteiras do Paraguai e da Argentina; os animais cujos nomes só existem em Guarani: *yaguaréte*, *yacaré*, *aguará guasú*, *chajá*, *piraña*, *carpincho*; San Martín e Artigas, que falavam “*o avañe'ẽ*”; os primeiros livros publicados no que hoje é Argentina, escritos em Guarani.

O Guarani está presente na cultura popular e na cultura letrada, na cultura secular e na cultura sacra. Em suma, a Virgem de Itatí e San La Muerte; Yasy Yateré e os *Sermones y ejemplos en lengua guaraní* de Nicolás Yapuguay (1727). Por que não abraçar essa imensa memória do mundo Guarani, essa experiência cosmológica e cotidiana? Em suma, parafraseando o poeta brasileiro Oswald de Andrade, que escreveu em seu *Manifesto Antropófago* de 1928: “Tupí or not tupi, that is the question”. Poderia ser, então, hoje na Argentina: ser ou não ser Guarani.

Esclareçamos, caso seja necessário, que esta pesquisa poderia ser equivocada se partíssemos do pressuposto de que a cultura Guarani precisa ser inventada: recuperada de uma origem remota e, para sempre, perdida. Ao contrário, formulamos uma forma de “antropofagia cotidiana”: tudo aquilo em que a cultura Guarani está viva em nossas vidas.

Tupí or not tupí: that is the question

Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro* (1995), afirmou que

Nesse sentido, o Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amoreados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos (Darcy Ribeiro, 1995, p.117).

Sublinhamos: “Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis”. Essa ideia de uma matriz tupi-guarani que estrutura vastas regiões sul-americanas serve de pretexto para falar agora do “indígena” no “nós” americano. Duma maneira semelhante o jesuita Bartomeu Melià escreveu sobre a língua Guarani em Paraguay:

A la manera de un ritual indígena –como aquellos en que he podido participar frecuentemente en las aldeas de los guaraníes– veo el desarrollo de esta lengua como un canto largo, mborahéi puku, en el que cada estancia configura una etapa histórica o refleja un estilo de vida. Es el canto en que voces antiguas se abren a voces nuevas (Melià, 1992, p. 11).

As ideias desses dois autores nos ajudam a refletir sobre a situação na Argentina. Vamos analisar, em primeiro lugar, a extensão da influência Guarani na literatura e cultura argentinas. Basta mencionar alguns exemplos: os contos de Horacio Quiroga, mesclados com a língua e a cultura Guarani — por exemplo, em "Os Precursores", escrito em espanhol, mas com sintaxe Guarani, já que "los que hemos gateado hablando guaraní, ninguno de esos nunca no podemos olvidarlo del todo". Ou seus diversos contos em que ele recupera a cosmologia mestiça da região do Litoral. Também os diálogos entre Jorge Luis Borges e Fanny, sua empregada doméstica de Corrientes por mais de três décadas, em que ela lhe explicava palavras e frases em Guarani e que pudemos constatar no desenvolvimento desse território simbólico em seus contos. A letra não só em chamamé, mas também em Damas Gratis, grupo de Cumbia Villera, por exemplo, em “Chica bandida”; o mesmo Carlos Gardel, ousou cantar em 1922:

Iporá kuñatay

más linda que el urupey

te canta tu kuimba'e

¡ay, sí

¡en idioma guaraní!

San Martín falava Guarani talvez como língua materna, enquanto Artigas -o “Karai Guasu”- o falava fluentemente e Belgrano possuía algum conhecimento; um “herói mais recente”, Diego Armando Maradona, era filho de um *jacaré* de Corrientes: “Don Diego”; o Guarani é lido em *El río oscuro* (1943), de Alfredo Varela, e ouvido em sua monumental adaptação de *Las aguas bajan turbias* (1952), de Hugo del Carril; em outra narrativa cinematográfica, Coca Sarli, sob a direção de Armando Bó, fez vários filmes ambientados em terras Guaranis; a proliferação de documentos públicos em Guarani durante os períodos colonial e revolucionário; Por fim, vamos resgatar duas figuras militares e políticas Guaranis, em grande parte esquecidas na história de Argentina: Andresito Guasurarí, governador das Missões entre 1815 e 1819, e Pablo Areguatí, comandante militar das Ilhas Malvinas em 1824. Como o mate diário, que todos nós da região do Rio da Prata bebemos, a vitalidade Guarani circula sem que se tenha consciência de suas origens indígenas.

Em resumo, não pretendo apresentar uma lista heterogênea, mas sim contornar a noção de status de *minoria*. Um “branqueamento cultural” (Viñas. 2003) fundado no exotismo. Um que organiza um “nós”, os brancos, e um “eles”, os indígenas. Especialmente porque não se pode falar de um fato isolado ou menor, por exemplo, em relação a uma língua falada, como o Guarani, por quase dez milhões de pessoas; pelo menos um milhão desses falantes vivem na Argentina (principalmente na região de Buenos Aires e nas províncias do nordeste). Essa relevância se reflete em seu uso generalizado, já que é falada em grande parte da América do Sul (especialmente na Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil).

Neste território que abrange milhões de quilômetros quadrados, cada lugar é um exemplo único da vida da língua Guarani. Na cidade onde moro, La Plata, uma área que não é considerada como tendo uma presença significativa do Guarani -pelo menos

em comparação com Corrientes em Argentina ou com Paraguai- o mapeamento da língua continua a se expandir: ela é frequentemente usada em vários eventos dentro da comunidade paraguaia; a língua se ensina no Centro de Residentes Correntinos e em outros espaços institucionais; existem dezenas de estações de rádio FM onde o Guarani é a língua predominante; vários serviços religiosos são realizados nessa língua, como acontece uma vez por mês na paróquia de Caacupé e uma vez por ano na missa principal da Catedral; em vários salões de baile, a música ao vivo é em Guarani. E, acima de tudo, é uma língua que em alguns bairros da periferia é constantemente compartilhada.

Um incidente do meu trabalho de campo ilustra essa vitalidade (Dubin, 2019, 2025). Certo dia, atravessando a Plaza Italia, uma das principais praças do centro da cidade, descobri um grupo de Testemunhos de Jeová distribuindo sua revista religiosa em Guarani: *Ñemañaha*. Eles conversavam com um casal paraguaio. O Testemunha que liderava o grupo era um jovem loiro, vestindo uma camisa impecável e sapatos bem lustrados. Ele era americano. Presumi que o Guarani do americano seria, no mínimo, rudimentar. Dirigi-me a ele com “mba’e la porte, chamigo?”, uma forma coloquial de dizer “olá” (ou melhor ainda: “como vai?”). Preferi esse registro ao tradicional “mba’eichapa reiko?” (“como vai você?”) ou ao formal, quase escolar, “maitei” (“olá”). Para minha surpresa, o pregador de rua não só falava Guarani, mas falava perfeitamente. Palavra após palavra, ele construía uma única, imensa e aparentemente interminável palavra aglutinante que, quando tentei traduzir, já havia saltado para outra, e outra, e outra. O americano, contrariando todos os meus preconceitos, era um falante de Guarani notável.

Pequenos mapeamentos do mundo Guarani

A cidade de La Plata é, na verdade, apenas um pequeno fragmento de um imenso continente onde os nomes das cidades, rios e montanhas já indicam a presença das línguas Tupi-Guarani: Ipanema, Ituzaingó, Iberá, Uruguay, Iguazú, Itaipú, Ipiranga, Curuzú Cuatiá, Paraná, Paysandú, Tacuarembó, Caacupé, Paraguay, etc.

Somente na Argentina são faladas diferentes variedades do Guarani (em todo o continente, a família linguística Tupi-Guarani compreende dezenas de línguas): o

Guarani ava, nas províncias de Salta e Jujuy; o Guarani mbya, na província de Misiones; e o Guarani mestiço ou *jopará*, falado nas províncias do nordeste do país, bem como na cidade de Buenos Aires e de Grande Buenos Aires, devido a duas grandes migrações. A primeira começou na década de 1930, realizada por pessoas de Corrientes, Chaco e Formosa; a segunda, nas últimas décadas, foi caracterizada pela migração paraguaia. Além disso, dentro do *jopará*, existem as variedades de Corrientes e do Paraguai que não correspondem às fronteiras atuais dos dois países, já que o *jopará* falado na província de Formosa, por exemplo, corresponde à variante paraguaia.

Mas voltemos à região de Buenos Aires, onde supostamente o Guarani é menos prevalente. Há uma percepção de que é uma "língua recente", "recém-chegada" de "outro lugar". Mas, considerando apenas a migração de Corrientes e do Paraguai, estamos falando de uma presença de cem anos na região. Na realidade, é muito mais antiga. De fato, era falada nesta cidade mesmo antes da Argentina existir como nação, ou mesmo como um projeto de formação nacional: a segunda fundação de Buenos Aires, liderada por Juan de Garay em 1580, foi realizada por mestiços e indígenas que falavam Guarani como língua materna (e, para muitos, como única língua). Ou seja, era sua primeira língua, juntamente com o espanhol, e desde então, tem sido falada na cidade com diferentes graus de intensidade (Dubin, 2025)².

Se o Guarani era falado na fundação de Buenos Aires e ainda é falado hoje, a primeira mudança epistemológica que devemos propor é por que se nomea "língua recente" a uma língua que ressoa há séculos em nossas cidades. Talvez precisemos de outra fundação mítica de Buenos Aires -para utilizar o termo de Jorge Luis Borges de 1929- que nos permita enxergar além da noção de que "las proas vinieron a fundarme la patria" (Borges, 1989, p. 35).

O Guarani Proibido

² De fato, as investigações arqueológicas também indicam a presença de populações Guarani no Delta do Paraná, perto de Buenos Aires, por volta do ano 1300 (Ozorio de Almeida e Torino, 2020).

O guarani está sob cerco. A língua é proibida, e essa proibição se internaliza em uma dualidade bestial de incertezas: como em Macunaíma, o sonho é atravessar o rio que separa a pessoa da classe trabalhadora e se tornar branco. Já ouvi isso em meu trabalho de campo: desde que Marta foi para Buenos Aires, “ela está mais branca”. Não volto para ao povo rural porque lá “todos ainda são muito índios”. Já ouvi isso repetidas vezes em Buenos Aires, em Quilmes, em Corrientes, em Posadas; mas também em Caaguazú e Assunção. Os próprios falantes dizem: falar Guarani é algo que *mboriahu-o poriahу* na pronúncia de Corrientes-, é dizer, de “pobre”.

A impossibilidade de ouvir o Guarani é consequência de suas proibições. E não me refiro à omissão, mais ou menos generalizada, no sistema escolar, do direito à alfabetização e ao aprendizado na língua materna. Estou falando de não falar Guarani, exceto como resultado de perseguição e punição (além, digamos, da própria desvalorização da língua na economia das trocas linguísticas).

Infelizmente, os exemplos são inúmeros. Em 2017, a empresa de ônibus que operava a linha 151 em Buenos Aires proibiu seus funcionários de falarem Guarani. Na época, uma imagem do local viralizou nas redes, mostrando uma placa que dizia explicitamente: “É proibido falar Guarani no local. Somente espanhol”. O cartaz enfatizava “somente espanhol”. Certamente, essa não é a única proibição explícita. Só lembrar mais dois casos: em 2011, em um presídio feminino na cidade de Posadas, na província de Misiones, as detentas foram proibidas de falar em Guarani. Recentemente, trabalhadoras domésticas em condomínios fechados de Nordelta (uma das áreas mais ricas da Argentina) foram proibidas de usar os mesmos ônibus que seus patrões. Os argumentos apresentados, que foram publicados em diversos jornais, expressavam antigos estereótipos racistas já documentados em crônicas coloniais: o “mau cheiro”, por exemplo. Os patrões também se justificaram citando o “desconforto” de ouvir suas empregadas domésticas falando em uma língua indígena: o Guarani.

Essas proibições podem parecer mais viáveis em áreas como Buenos Aires, onde se espera um número menor de falantes. No entanto, mesmo no próprio Paraguai, o coração da cultura Guarani, essa perseguição existe. A expansão do cultivo de soja e a invasão de grandes latifundiários em territórios tradicionalmente camponeses,

juntamente com a exploração diária dessas terras, reforçaram a proibição de falar Guarani dentro das grandes fazendas. Isso aconteceu, por exemplo, em Guayaibí, em San Pedro, onde a gerente de uma fazenda de soja alertou seus operários em uma mensagem:

A partir de hoy está prohibido hablar guaraní en la estancia, *prohibido*, ¿me escucharon? Así, que si vamos a hablar, usamos el portugués o el español que es idioma de acá del Paraguay³.

A língua Guarani resiste

Contudo, quase como uma forma de antropofagia contemporânea, a língua Guarani, em seus rituais de caça, sobrevive, mesmo na pele do outro: aquele que persegue a língua Guarani desde os tempos coloniais é devorado por este mundo selvagem. Talvez essas tenham sido algumas das conclusões a que cheguei a partir de uma investigação interrompida pela pandemia: em 2019, busquei reconstruir, *in situ*, a proibição do Guarani nos condomínios fechados de Nordelta. Encontrei, mais uma vez, a língua em suas mudanças impossíveis, na incerteza de seu contínuo estado de exceção. Porque se eu esperava falar Guarani com as empregadas domésticas, acabei encontrando-o onde menos esperava.

Em uma entrevista com uma fonoaudióloga que atendia crianças da zona, ela me contou sobre um fenômeno curioso. Muitas mães levavam seus filhos ao consultório dela "por causa da fala incomum deles". Essa "peculiaridade fonológica" não era resultado de uma síndrome repentina. Era consequência do tempo que as empregadas domésticas dedicavam aos cuidados com as crianças, já que as mulheres falavam com elas, cantavam para elas, sussurravam para elas -em suma, as cobriam de amor- em

³ Em linha: <https://www.abc.com.py/nacionales/2021/03/02/repudian-a-brasileña-por-prohibir-a-sus-empleados-hablar-en-guarani/>

Guarani. As crianças estavam reproduzindo, em seus primeiros balbucios, o que certamente poderíamos definir como sua língua materna⁴.

E, no entanto, o guarani continua a ser falado. Talvez, como Jorge Luis Borges temia (e talvez previu) em "El Otro" (1975), o guarani esteja devorando a língua dos argentinos.

Cada día que pasa nuestro país es más provinciano. Más provinciano y más engreído, como si cerrara los ojos. No me sorprendería que la enseñanza del latín fuera reemplazada por la del guaraní (Borges, 1989, p.13).

Uma reflexão educacional: línguas indígenas e políticas educacionais

Nas últimas décadas, a Argentina implementou uma série de políticas e programas educacionais que representaram avanços na inclusão de crianças e jovens de comunidades indígenas no sistema escolar. Em particular, as duas reformas educacionais mais recentes (a Ley Federal de Educación de 1993 e a Ley de Educación Nacional de 2006) reconhecem a presença de estudantes identificados como pertencentes a nações ou povos indígenas e defendem seu direito de estudar em sua cultura e língua nativas. De fato, a atual Constituição Argentina — promulgada em 1994 — estabelece esse direito no Artigo 75, Seção 17: “garantizar el respeto a su identidad y el derecho a una educación bilingüe e intercultural”.

No entanto, esse reconhecimento dos direitos das populações indígenas, particularmente no que diz respeito ao direito de usar sua língua materna no sistema escolar, tem enfrentado diversos problemas em sua implementação. Um deles é que sua implementação tem sido, de fato, parcial, como apontam vários autores (Diez, Thisted, Martínez, 2015). Um relatório recente da Universidade Pedagógica Nacional (González, 2019), por exemplo, estimou que 250 mil crianças indígenas frequentam o sistema escolar argentino, enquanto o percentual daquelas que recebem instrução em suas línguas maternas é muito menor.

⁴ Um fenômeno semelhante ao que a antropóloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui chamou de "síndrome do aguayo", para explicar a dualidade de crianças da classe alta serem criadas por mulheres indígenas.

Por outro lado, os problemas a serem considerados não se limitam a uma questão quantitativa. As línguas indígenas e as variedades em contato não são faladas apenas por povos indígenas. De fato, a própria identidade indígena é algo que, longe de ser um produto acabado, constitui uma área de grandes conflitos ideológicos e políticos desde a própria constituição da nação argentina e a ambivalência do termo "mestiço". Correspondentemente, a cristalização do indígena em uma *substância identitária* opera como um mecanismo para a própria *minorização* dos povos indígenas em um país predominantemente mestiço. É dizer, a Argentina nasceu de uma matriz indígena cultural compartilhada e comum (Martínez Sarasola, 2005, p. 23). Em suma, a dimensão da questão indígena, que não pretendemos explorar em profundidade aqui, é mais extensa, diversa e complexa do que se expressa na política educacional.

Consequentemente, a substancialização curricular dos indígenas, na prática, não permite levar em conta essa situação concreta que ocorre na sala de aula, particularmente na região da Grande Buenos Aires, onde as fronteiras entre línguas e identidades não são absolutas. Quando um aluno de uma escola na Província de Buenos Aires — talvez filho de pessoas da Formosa ou do Paraguai — fala guarani: o que o professor tem de sua formação disciplinar tanto dos Programas de Formação de Professores das Universidades Nacionais quanto dos Institutos de Formação de Professores que lhe proporcionou material teórico e crítico suficiente para compreender essa cultura guarani, neoguarani ou mestiça; as complexidades inerentes a essa outra língua com sua gramática, fonética e sintaxe; seus mundos narrativos e cosmológicos; as diversas comunidades de falantes; entre outros tópicos relacionados? Em suma, a substancialização curricular é outra forma de *branqueamento cultural*.

O atual marco regulatório para o ensino de línguas indígenas nas escolas é estabelecido pela Ley de Educación Nacional, promulgada em 2006, que implementa a Educação Bilíngue Intercultural (EBI) como uma das oito modalidades do sistema educacional na Argentina (González, 2019: 2). O Capítulo XI, Artigo 52 da referida Lei estabelece que:

La Educación Intercultural Bilingüe es la modalidad del sistema educativo de los niveles de Educación Inicial, Primaria y Secundaria que garantiza el derecho constitucional de los

pueblos indígenas, conforme al art. 75 inc. 17 de la Constitución Nacional, a recibir una educación que contribuya a preservar y fortalecer sus pautas culturales, su lengua, su cosmovisión e identidad étnica [...] Asimismo, la Educación Intercultural Bilingüe promueve un diálogo mutuamente enriquecedor de conocimientos y valores entre los pueblos indígenas y poblaciones étnica, lingüística y culturalmente diferentes, y propicia el reconocimiento y el respeto hacia tales diferencias (2006, en línea).

Em relação a essa disposição, o Censo Nacional de 2022 na Argentina identificou 1.306.730 pessoas — 2,9% da população total — que se declararam indígenas ou descendentes de indígenas. Cabe ressaltar, no entanto, que essa porcentagem pode ser maior, visto que muitas pessoas que se identificam como indígenas preferem não responder a esse tipo de pergunta feita pelo Estado. Segundo o censo, a província de Buenos Aires abriga aproximadamente um terço da população indígena da Argentina.

Com base nas normas estabelecidas pela Ley de Educación Nacional, como mencionado anteriormente, a Educação Bilíngue Intercultural é a modalidade do sistema educacional que garante o direito constitucional dos povos indígenas de receber uma educação que contribua para a preservação e o fortalecimento de suas práticas culturais, língua, cosmovisão e identidade étnica. A Educação Bilíngue Intercultural, que está em consonância com outras reformas educacionais na região, foi ratificada pelas diversas jurisdições provinciais; entre elas, pela Ley de Educación de la Provincia de Buenos Aires (2007), que, no Capítulo XIII, a inclui como uma das modalidades de seu sistema educacional provincial. O Artigo 44 dispõe:

La Educación Intercultural es la modalidad responsable de impulsar una perspectiva pedagógica intercultural en articulación con la Educación común, complementándola, enriqueciéndola, resaltando y destacando aquellos derechos, contenidos y prácticas que distinguen los procesos interculturales, las diferentes situaciones sociales y repertorios culturales como atributos positivos de nuestra sociedad, así como las relaciones que se establecen entre ellos, tanto temporal como permanentemente (2007, en línea).

Contudo, o modelo de Educação Bilíngue Intercultural foi introduzido na província de Buenos Aires apenas em 2007, tornando-se posteriormente um programa dependente de vários departamentos e, portanto, perdendo a relevância e a prioridade com que sua implementação havia sido anunciada. Essa transição institucional não corresponde aos dados censitários que reconhecem que quase um terço da população indígena do país vive nessa província. Embora o programa tenha continuado a operar até os dias atuais e tenha demonstrado suas contribuições para realidades educacionais que refletem situações de bilinguismo e a presença de crianças e jovens indígenas, essas propostas foram subordinadas às concepções predominantes nos Planos de Ensino da Província de Buenos Aires (Dubin, 2019).

Como já apontamos, em última análise, a abordagem às línguas e culturas indígenas se constrói ou por meio de sua *arqueologização* e *substancialização* — o indígena como “puro”, o “veradeiro”, sempre ameaçado pela Modernidade, onde, portanto, sua identidade é concebida como um conteúdo a ser restaurado em sujeitos que estão prestes a perder sua “essência” — ou por meio de uma visão civilizacional que os situa em um passado remoto dos estágios evolutivos e cognitivos da humanidade, já superado pela racionalidade, pela civilização europeia e pelo progresso social. Por sua vez, esses povos indígenas — em ambas as visões dominantes — são vistos como o outro.

Pelo contrário, nossa visão adota uma abordagem diferente e, embora reconheça a vitalidade dos vários povos e nações indígenas, não podemos deixar de salientar como essas noções são, por vezes, difusas, diferenciando nitidamente “uma coisa” de “outra” num país onde a maioria dos seus habitantes têm ascendência indígena, mas sobretudo porque identificamos múltiplas manifestações culturais e educativas onde “o nacional” só pode ser explicado através da influência de temas, línguas, narrativas, experiências e cosmologias indígenas.

Palavras finais

Este artigo buscou sintetizar uma série de diversos projetos de pesquisa que temos conduzido em áreas como educação, estudos culturais e sociolinguística (Dubin,

2025). Embora o consideremos principalmente introdutório, ele destaca uma situação que temos identificado repetidamente como um *paradoxo*: a existência de uma língua falada por milhões de pessoas, com amplo alcance social e significado histórico, que permanece, no entanto, "invisível" na história cultural da Argentina. Procuramos, enfim, uma aproximação global ao tema para conhecer o quotidiano de uma língua guaraní falada no dia a dia, uma cultura nacional que tem um vínculo forte com a matriz indígena e uma cultura escolar, mas também uma cultura oficial, que apaga a vitalidade dos mundos guaranis.

Bibliografía

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*, III. Buenos Aires: Emecé, 1989.

CORACH, Daniel. "La Matriz Originaria: realidad poblacional y consecuencias". *Encrucijadas*, 55, p. 30-35, 2021.

DARCY Ribeiro. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1995.

DIEZ, M. L.; THISTED, S.; y MARTÍNEZ, M. E.. "Educación intercultural como política pública: el análisis de la experiencia de la Provincia de Buenos Aires". Boletín de Antropología y Educación, 6 (9), p. 163-168, 2015.

DUBIN, Mariano. *Enseñanza de la literatura, formación de lectores y discursos educacionales: El problema de las culturas populares en el cotidiano escolar*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2019.

DUBIN, Mariano. *Ensayos escolares*. La Plata: Pixel, 2025.

González, D. "Estudiantes indígenas en escuelas argentinas. Una población invisibilizada". *Datos de la educación. Publicación del Observatorio Educativo de la Unipe*, Buenos Aires, Universidad Pedagógica Nacional, 2 (4), 2019.

MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. *Nuestros paisanos los indios*. Buenos Aires: Emecé, 2005.

MELIÀ, Bartomeu *La lengua guaraní del Paraguay*. Asunción: Mapfre, 1992.

OZORIO DE ALMEIDA, Fernando e TORINO, Rocío. "Sobre la materialidad de los encuentros entre los Tupi-Guaraní y los no Tupi". *Comechingonia: Revista de Arqueología*, 24 (3), p. 195-225, 2020.

VIÑAS, David. *Indios, ejército y frontera*. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2003.

Recebido em 17/11/2025

Aceito para publicação em 30/11/2025